



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

CARLOS OLIVEIRA DE ARAÚJO

A REPÚBLICA DE PLATÃO: A REALIDADE SENSÍVEL E A INTELIGÍVEL

SALVADOR
2022

CARLOS OLIVEIRA DE ARAÚJO

A REPÚBLICA DE PLATÃO: A REALIDADE SENSÍVEL E A INTELIGÍVEL

Monografia apresentada à Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Filosofia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Gislene Vale dos Santos.

SALVADOR

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE FILOSOFIA
Estrada de São Lázaro, 197. Federação. Salvador/Bahia.
CEP: 40210-730. Tel (071) 3283-6441
www.filosofia.ufba.br



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE
CARLOS OLIVEIRA DE ARAÚJO NO
DIA 15 DE JULHO DE 2022

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, reuniram-se em sessão virtual, na sala do Colegiado de Filosofia da UFBA na Conferência Web da RNP – seguindo as orientações da Portaria nº 09/2020 da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFBA -, as professoras doutoras Gislene Vale dos Santos (orientadora - UFBA), Alessandra Carbonero Lima (UFBA) e Roberta Magalhães Miquelanti (UFBA) para examinar a Monografia "A República de Platão: realidade sensível e inteligível", de autoria de Carlos Oliveira de Araújo, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Filosofia. Depois de aberta a sessão, pela Profa. Gislene Vale, o estudante fez uma breve exposição das linhas gerais de sua pesquisa. Em seguida, as professoras Alessandra Carbonero e Roberta Miquelanti fizeram suas arguições e a palavra foi devolvida ao estudante para que respondesse às questões. Concluída a arguição, a banca reuniu-se e deliberou, por unanimidade, por aprovar a monografia e conceder a nota 8,0 (oito). Esta ata foi lavrada, lida e aprovada por quem de direito.

Profª. Dra. Gislene Vale dos Santos
(Orientadora - UFBA)

Profª. Dra. Roberta Miquelanti Magalhães
(UFBA)

Assinatura

Prof. Dra. Alessandra Carbonero
(UFBA)

Carlos Oliveira de Araújo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus todo poderoso pela oportunidade de permitir chegar até aqui;

Agradeço aos meus familiares em especial a minha esposa e aos meus filhos pelo carinho, pelo zelo e paciência. Por terem sido tudo o que eu sempre precisei e por não terem desistido de mim.

Agradeço ao prof^o Abel Lassalle Casanave, meu muito obrigado pelas palavras de incentivo, a dedicação nos ensinamentos da disciplina;

À professora Juliana, pelo respeito, ensinamento e dedicação;

Agradeço ao colega Roberto Pereira por compartilhar comigo os estudos e pelo incentivo na caminhada estudantil;

Aos colegas de trabalho que colaboraram com a minha ausência durante as aulas;

Agradeço em especial a minha orientadora e prof^a Dr^a Gislene Vale dos Santos pela dedicação, zelo e empenho. Obrigado por suas orientações, ensinamentos, e por ter confiado em mim. Obrigado por me ajudar a tornar esse trabalho possível.

RESUMO

A REPÚBLICA DE PLATÃO: A REALIDADE SENSÍVEL E A INTELIGÍVEL

Esta pesquisa visa o estudo da obra *A república* de Platão, particularmente nos livros VI e VII. O trabalho constará de três capítulos: A analogia do sol, A analogia da linha e A alegoria da caverna. Sendo assim, no primeiro capítulo na analogia do sol trataremos das questões a respeito de quem é o filósofo e da educação oferecida por uma cidade justa. Ainda objetiva compreender no livro VI a discussão que gira em torno da ideia do bem e dos sentidos, especialmente da faculdade da visão, que através do sol, o filho do bem, permite que as coisas sejam vistas. No segundo capítulo, a analogia da linha dividida é apresentada a partir de quatro segmentos. O terceiro capítulo A alegoria da caverna refere à educação ou a sua falta. Com isso, podemos ver a relação entre a busca pelo princípio de todas as coisas e pelo conhecimento da ideia do bem.

Palavras-chave: sensível, inteligível, conhecimento, bem.

ABSTRACT

Plato's *Republic*: The sensible and the intelligible realities.

This research aims to study the work *Republic* of Plato, particularly in books VI and VII. The work will consist of three chapters: *The analogy of the sun*, *The analogy of the divided line* and *The allegory of the cave*. Thus, in the first chapter on the analogy of the sun, we will deal with who the philosopher is and the education a fair city offers. It still aims to understand in book VI the discussion that revolves around the idea of the good and the senses, especially the faculty of vision, which through the sun, the son of good, allows things to be seen. In the second chapter, *The analogy of the line divided* is shown from four sequences. In chapter third, *The allegory of the cave* refers to education or the lack thereof. Moreover, we can see the relation between the search for the beginning of all things and the knowledge of good.

Key words: sensible, intelligible, knowledge, good.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	CAPÍTULO 1: A ANALOGIA DO SOL	11
1.1	AS DUAS DIMENSÕES DA ANALOGIA	13
2	CAPÍTULO 2: A ANALOGIA DA LINHA DIVIDIDA	20
2.1	A LINHA E SUAS DIVISÕES.....	20
3	CAPÍTULO 3: A ALEGORIA DA CAVERNA.....	31
3.1	A DIMENSÃO SENSÍVEL E INTELIGÍVEL.....	31
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constitui-se a partir de um estudo baseado, principalmente, no livro VI da *República* de Platão, que apresenta além de Sócrates outros personagens como Adimanto e Glauco. No início do livro VI o autor vai tratar da distinção entre quem é quem não é filósofo. A discussão segue com Sócrates refletindo sobre as diferentes etapas que servirão de critérios para a escolha de um possível futuro governante, a partir da natureza dos guardiões. A reflexão se dá a partir da função do guardião, o que permite a Platão pensar na função do filósofo na cidade. Assim:

Ao cabo de uma longa discussão – observei eu – é que nós mais ou menos pusemos a claro, ó Glauco, estas duas coisas: quem é quem não é filósofo e quem não é.

- Provavelmente não era fácil fazê-lo através de uma discussão curta.

- Não me parece – repliquei -; pelo menos, julgo que ela se nos antolharia melhor, se só tivéssemos de nos pronunciar sobre esse assunto, e não faltasse examinar muitos outros, se quisermos ver em que se distingue uma vida justa de uma injusta.

- Ora então, que é que nos falta depois disto?

- Que mais há-de ser, senão as suas consequências?

Uma vez que os filósofos são aqueles que são capazes de atingir aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, e que aqueles que o não são, mas se perdem no que é múltiplo e variável, não são filósofos, qual das duas espécies é que deve ser chefe da cidade? (484a-b¹).

Na reflexão acerca de uma cidade ideal, Platão apresenta mediante a argumentação da personagem Sócrates, o filósofo como aquele dotado de memória e facilidade de aprender, aderente da verdade, da coragem, da temperança e que promove a justiça e o bem social de todos os cidadãos da polis. Qualidades que Sócrates questiona se serão necessárias ou não:

- São até muito necessárias – replicou.

- Será então possível censurar, sob qualquer aspecto, uma ocupação tal que nunca ninguém será capaz de a exercer convenientemente, se não for de seu natural dotado de memória e de facilidade de aprender, de superioridade e amabilidade, amigo e aderente da verdade, da justiça, da coragem e da temperança? (487a)

Nesta compreensão do verdadeiro filósofo, o qual é possuidor de todas essas qualidades para ser o guardião da possível cidade, evidencia-se o desejo desse ideal platônico. Sócrates a

¹ PLATÃO. *A República*. 6ª ed. Introdução, Tradução e Notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

partir desse ideal traça o percurso que permite uma forma de governo que seja boa e justa para os cidadãos, e que o filósofo no exercício do governo da polis esteja preparado para a busca da verdade e da justiça.

Com a observação sobre a realidade do plano sensível que está em constante mudança, o filósofo distingue as coisas que são múltiplas das que não são. Para entender o modo como esses discursos se processam na alma é necessário ainda compreender o que causa ‘para a alma’ conhecimento. Neste momento, Platão insere uma outra discussão sobre o bem.

- Logo, meu amigo, ele tem de ir pelo caminho mais longo, e que não se esforce menos nos estudos do que nos exercícios físicos; ou então, como ainda agora dissemos, jamais atingirá o fim da ciência, que é a mais elevada e a que mais lhe convém.

- Então não é esta a mais elevada? Há ainda algo de superior à justiça e às outras qualidades que analisámos?

- Não só superior – repliquei – mas também não devemos apenas contemplar, como até agora, o respectivo esboço, mas sim não deixar de observar a obra acabada. Ou não seria ridículo pôr todo empenho noutras coisas de pouca valia, esforçando-nos por que sejam o mais exactas e perfeitas que é possível, e não entender que as coisas mais importantes merecem a maior exatidão?

- Exatamente – respondeu – [é um pensamento digno]. Mas quanto a esse estudo mais elevado e ao objeto que lhe atribuis, julgas que alguém te largará sem te perguntar qual é?

- De modo algum. Mas interroga tu mesmo. De resto, já o ouviste não poucas vezes, e agora, ou não te lembras, ou então estás disposto a reter-me causando-me dificuldades. Julgo que é mais por esta razão, uma vez que já me ouviste afirmar com frequência que a ideia do bem é a mais elevada das ciências, e que para ela é que a justiça e as outras virtudes se tornam úteis e valiosas. (504d-e, 505a)

A partir dessa argumentação, Sócrates exige que seus interlocutores reflitam em torno das virtudes, mas, também busquem o entendimento acerca da ideia do bem. Visto que ela é a mais elevada e mais importante para a vida humana que reflete filosoficamente.

Sócrates, então, vai expor acerca da imagem do sol, elemento fundamental, fonte de crescimento e nutrição no plano sensível. A pesquisa proposta aqui investigará, no capítulo 1, em que medida se relacionam o sol e o bem, visto que a concepção de bem pode ser tomada como causa primeira do conhecimento e da ação justa. Isto parece ser necessário se quisermos entender a distinção entre quem é filósofo e quem não o é.

Então, de acordo com o propósito de compreender a reflexão proposta por Platão, sem a pretensão de esgotar as questões referentes ao seu pensamento, também abordaremos a questão acerca da libertação do homem das percepções, em um direcionando-o ao conhecimento inteligível, como se observa no capítulo 2, a analogia da linha. Assim,

compreenderemos a elevação da alma humana a partir da dimensão sensível para a dimensão inteligível.

Ainda há a imagem da caverna, onde Sócrates convida seu interlocutor Glauco a imaginar pessoas que desde a infância se encontravam presas e acorrentadas olhando apenas para frente, não podiam virar a cabeça e visualizavam imagens e sombras de objetos que eram projetadas pela luz de uma fogueira como se fossem realidades. Esse diálogo, o filósofo Platão trata de dar a conhecer o comportamento da natureza humana, e de como ela é levada à educação ou à sua falta. Trabalharemos tal discussão no capítulo 3, a alegoria da caverna.

CAPÍTULO 1: ANALOGIA DO SOL

Neste capítulo analisaremos as questões referentes à analogia do sol, construída por Platão no final do livro VI da obra *A República*. Nosso objetivo é compreendê-la à luz da ideia do bem, e da relação entre o sensível e o inteligível. Tal conexão parece ser pertinente ao que se coloca no início do referido livro da *República*, quando da necessidade de pensar a caracterização da alma filosófica e sua necessidade para concepção de uma cidade justa.

No início do livro VI, na *República* de Platão, o diálogo tem como personagem principal Sócrates, que é acompanhado por seus interlocutores Adimanto e Glauco, estes apresentam uma discussão que vai refletir em torno de “quem é que é o filósofo e quem o não é” (484a). A partir de tal articulação, é possível pensar em certa concepção de justiça, de educação e, de conhecimento que visa o aperfeiçoamento dos cidadãos da *República* que se propõe elevá-los para além do sensível.

Na narrativa de Sócrates, a cidade deve ter um governante filósofo, pois Sócrates sustenta que os filósofos são aqueles que têm capacidade e possuem qualidades necessárias para alcançar aquilo que sempre permanece do mesmo modo, e não por aqueles que se perdem na multiplicidade das coisas que são variáveis, esses não seriam filósofos. Na medida que é possível considerar que a classe dos guardiões era essencial à polis idealizada por Platão, cabendo a estes a proteção da cidade. Como diz Sócrates: - “Que aquele dentre os dois que parecer capaz de guardar as leis e costumes da cidade, esse mesmo seja nomeado guardião” (484c).

De modo que, entre os guardiões será escolhido aquele que possui critérios que envolvem os atributos e as virtudes, de acordo com as qualidades e a educação filosófica, e que diferencie as suas potencialidades, a partir da educação, dos demais. Experiente pelo tempo e pela educação, cabe ao guardião vigiar e guardar a cidade dos perigos externos e internos, e ao governante filósofo, além disso, observar ao que não tem sua natureza constituída de mudança, conforme diz Platão na *República*, livro VI:

Concordemos, relativamente à natureza dos filósofos, em que estão sempre apaixonados pelo saber que possa revelar-lhes algo daquela essência que existe sempre, e que não se desvirtua por ação da geração e da corrupção”. (485b).

Na verdade, o filósofo é aquele que tem a possibilidade de contemplar o ser, e que possui qualidades naturais por ser apaixonado pela verdade, pela justiça e pelo saber. Dixsaut (2000,

p. 60) diz que: “É verdadeiramente filósofo aquele que é governado efetivamente pela inteligência que é a faculdade de governar”. Sendo assim, de modo algum ele deve ser amigo da mentira, por ser autêntico, e por decretar e cumprir leis estabelecidas na cidade.

Esta discussão tem um caráter amplo sobre o conhecimento e a realidade existente a respeito da educação filosófica do governante da cidade. Questão examinada de acordo com a natureza filosófica de cada um dos guardiões e, dentre estes, os possíveis futuros filósofos. Sócrates fala das virtudes e desenvolve uma filosofia que preza pelo bem da polis, de maneira que essa relação se faz necessária o conhecimento e saber governar através das atividades que constituem obrigações do filósofo governante.

Sócrates vai tratar da formação daqueles guardiões que vão ser escolhidos por serem capazes de guardar as leis e os costumes da cidade. A partir daí se faz necessário verificar a natureza deles. Essa investigação acerca da natureza do filósofo, particulariza o caráter grandioso, o comportamento ético em relação a si mesmo e aos outros, que o faz chegar mais próximo do bem, pois reúne as qualidades para ser o governante da cidade.

Com essa construção de cidade ideal, Platão teoriza sobre uma sociedade organizada e justa, dirigida por humanos de notável saber, organizada para ser uma sociedade perfeita, dirigida por governantes incorruptíveis e composta por membros bons, que promovam a justiça e o bem social de todos os cidadãos. Como Pinheiro explica na passagem que segue:

A idealização da kallipolis tem função paradigmática; a vida do homem e da sociedade regidas pela ideia do bem, estrutura teleológica da realidade, serão tanto melhores, mais úteis e mais vantajosas, quanto mais os seus governantes preocuparem-se de conhecer o bem e de se aproximar dele, na medida da possibilidade. (PINHEIRO, 2009, p. 47).

No discurso de Sócrates, o filósofo pertence à classe que é responsável por governar a cidade de forma justa, pois se trata de uma classe com atributos que o qualifica a ser o único capaz de alcançar e falar daquilo que ele chama de a ideia do bem. De maneira que essa cidade então deveria obrigatoriamente ser governada por aquele que está sempre em busca do saber e este seria o filósofo.

Para Sócrates, uma sociedade justa deveria ter como governante um filósofo possuidor de um conhecimento necessário para conduzir a vida na cidade, seguindo a direção da ética e da justiça entre todos os cidadãos.

Dixsaut (2000, p.59) acrescenta no livro *República* (livros VI e VII) que:

O filósofo é a condição não só da possibilidade, mas também da existência e da salvaguarda do Estado justo (na condição de que tenha o poder ou de que aqueles que detêm se tornem autenticamente filósofos).

Considerando que o Estado justo é portador de uma educação que visa à formação completa do cidadão, dando possibilidades para aqueles que têm uma natureza disposta à filosofia, desde que tenham uma educação adequada se tornarem governantes. Assim, somente os verdadeiros filósofos teriam a capacidade para governar uma cidade ideal com justiça, visando o bem de todos.

Pappas, na obra *A República*, comenta sobre a educação do filósofo e a relação entre o bem e o sol:

Pretendendo, embora, falar apenas da educação dos filósofos, Sócrates diz que vai submetê-los ao “estudo máximo”. Pressionado a explicitar isto, usa uma série de imagens para sugerir a Forma do Bem, o pináculo da inquirição filosófica. A Forma do Bem é como o sol; as relações entre a Forma do Bem, todas as outras Formas e os objetos da palavra visível podem traçar-se ao longo de uma linha divisória; a relação dos seres humanos com a Forma do Bem se assemelha à relação entre os prisioneiros de uma caverna e o sol. (PAPPAS, 1995, p. 146).

Para isso, Platão sugere a reconstrução da educação para a formação do filósofo, pois para ele não se pode conhecer a forma do bem sem elevar-se à inteligência, às ciências superiores, permitindo a alma a contemplar a verdade e ao filósofo levar a felicidade aos cidadãos como um todo e não apenas a sua felicidade individual.

Além disso, essa proposição vai possibilitar a ascensão do filósofo de um conhecimento sensível ao inteligível, pois, a ideia do bem se situa acima de toda e qualquer ideia, compreendê-la é alcançar o máximo de conhecimento. Assim, a analogia realizada entre o Sol e o Bem busca refletir como o conhecimento se diferencia de uma realidade sensível para uma realidade inteligível.

1.1 AS DUAS DIMENSÕES DA ANALOGIA

Platão estabelece as duas dimensões sensível e inteligível para mostrar a relação no sentido alegórico por que o sol é o filho do bem. E que, partindo da dimensão sensível

atingiremos a dimensão inteligível o plano da razão que através do conhecimento podemos transcender do visível e alcançar a ideia do bem.

Então o que seria essa ideia do bem para Sócrates?

- Por Zeus, ó Sócrates – interveio Glauco -, não te detenhas, como se tivesse chegado ao fim! Basta que nos faça uma exposição sobre o bem, tal como a fizeste sobre a justiça, a temperança e as outras qualidades.

- Também me bastará a mim, e por completo, meu amigo. Todavia, com receio de não ser capaz, pode o meu zelo desajeitado chegar a causar o riso. Mas, meus caros, vamos deixar por agora a questão de saber o que é o bem em si; parece-me grandioso de mais para, com o impulso que presentemente levamos, poder atingir, por agora, o meu pensamento acerca dele. O que eu quero é expor-vos o que me parece ser filho do bem e muito semelhante a ele, se tal vos apraz; caso contrário, deixaremos isso. (506d)

Platão vai ilustrar toda analogia com a exposição acerca da imagem do sol, o filho do bem, e o estado da alma para atingir a sua finalidade. Após realizar o caminho que leva o indivíduo ao entendimento das diferenças entre o que é sensível e o que é inteligível, o filósofo, por ser quem mais se aproxima das verdades, liberta-se das aparências para iniciar-se ao conhecimento das ideias verdadeiras, do bem, do belo e da justiça. Orientado pela inteligência e pela razão, ele se desloca, com o pensamento, desde as opiniões até o plano de uma verdade.

Platão não explica objetivamente o que é esse bem. O autor acrescenta que o bem é grandioso demais para falar naquele momento, e para alcançá-lo é necessário que a alma consiga distinguir com clareza os objetos do conhecimento, da verdadeira essência. Esse bem, sendo a ideia mais importante de todas as outras formas, só pode ser contemplado. Sendo assim, Sócrates não define o bem em si, e diz;

Mas, meus caros, vamos deixar por agora a questão de saber o que é o bem em si; parece-me grandioso demais para, com impulso que presentemente levamos, poder atingir, por agora, o meu pensamento acerca dele. O que eu quero é expor-vos o que me parece ser o filho e muito semelhante a ele, se tal vos apraz; caso contrário, deixaremos isso (506e).

Para Sócrates não se pode falar daquilo que não se sabe, pois o bem não é visível, assim, por estar no plano inteligível, essa ideia de bem nos possibilita conhecer a verdade. Ou seja, é através da ideia do bem que conhecemos as coisas visíveis. Ou ainda, conhecer é conhecer o inteligível que é a causa dos visíveis. O modo como o invisível opera enquanto causa do visível.

Com isso, sem definir o que é essa ideia do bem, Sócrates passa a falar do filho do bem que é o mais semelhante ao bem. E diz:

Podes, portanto, dizer que é o sol, que eu considero filho do bem, que o bem gerou à sua semelhança, o qual bem é, no mundo inteligível, em relação à inteligência e ao inteligível, o mesmo que o sol no mundo visível em relação à vista e ao visível. (508 c)

Sócrates fala que o filho do bem é aquilo que é gerado pela ideia do bem, e que no plano sensível, campo dos sentidos, nós só conseguimos enxergar os objetos que nos rodeiam quando a luz desse filho do bem, que é o sol, reflete sobre os mesmos. Do mesmo modo, ele nos diz que no inteligível a verdade só é revelada quando iluminada pela ideia do bem, então ele usa a imagem do sol para explicitar a importância do bem no plano inteligível, assim, como a importância do sol no plano sensível.

Para expor sobre o filho do bem, Sócrates começa falando dos nossos sentidos, com ênfase especificamente na visão, e diz que algumas coisas são percebidas pela nossa visão, e não poderão ser assimiladas pelo nosso pensamento, assim também acontece com as ideias que são compreendidas pelo pensamento, mas não podem ser vistas por nossa visão.

Sócrates usa a imagem do sol na qualidade de filho do bem, para falar que o sol é imprescindível para a visão, e a luz que não pode ser atribuída aos deuses que ilumina as coisas, e une o sentido da visão à faculdade de ver, possibilitando aos olhos verem as coisas com maior nitidez, pois essa luz que é o sol tem um valor precioso para ver o que pode ser visível. Platão diz na passagem que segue:

A vista não é um sol; nem ela nem o sitio onde se forma, a que chamamos olhos.
 - Pois não.
 - Mas são, segundo creio, de todos os órgãos dos sentidos, os mais semelhantes ao sol.
 - De longe.
 - E o poder que possuem, que lhes é dispensado por ele, não é como se transbordasse de lá?
 - Absolutamente.
 - Porventura o sol, que não é a vista, mas sua causa, não é contemplado através desse mesmo sentido? (508b-c).

Visto que, o sol no visível simboliza a ideia do bem no inteligível, o bem é causa das ideias ou formas, e o sol é a causa geradora de toda vida. Assim, a Beleza e a Verdade decorrem da ideia do bem, a luz decorre da fonte originária que é o sol. Uma vez que, na dimensão sensível, os objetos somente podem ser claramente vistos quando iluminados pela luz do sol.

Diante do que foi mencionado, o filósofo ressalta que a visão assim como os outros sentidos foi criada com perfeição, mas que apenas o sentido da visão precisará de um terceiro elemento, a Luz para iluminar as coisas sensíveis a serem vistas, como Marques² explica:

“No cerne da visibilidade, Sócrates aponta para um elemento de invisibilidade – a luz – que a torna possível; por analogia, o conhecimento do invisível depende de um terceiro elemento mediador entre a inteligência e o objeto inteligível, elemento invisível que é a ação da idéia do bem, que está além de certas coisas, mas que, não custa lembrar, não poderia estar para além do invisível”. (MARQUES, 2009, p. 10).

O sol por estar no plano sensível, proporciona a luz que possibilita a visão das coisas visíveis. Sócrates diz que o sol é a causa da visão porque se não tiver a luz nós não conseguiríamos enxergar as coisas sensíveis. A luz é fundamental para a nossa visão, pois ilumina os objetos para que os olhos possam ver e as cores tornem-se visíveis, como na passagem que segue:

Ainda que exista nos olhos a visão, e quem a possui tente servir-se dela, e ainda que a cor esteja presente nas coisas, se não se lhes adicionar uma terceira espécie, criada expressamente para efeito, sabes que a vista nada verá, e as cores serão invisíveis. (508b-c).

A fonte de luz é o sol cuja nossa visão apenas depende dela, e dos olhos, o sol é imprescindível para iluminar as coisas possibilitando maior nitidez aos objetos, e os olhos que, na ausência dessa luz, são considerados sem brilhos, e parecem quase cegos.

Platão usa a imagem do sol para mostrar que o conhecimento das coisas precisa de uma iluminação, pois, quando os olhos não conseguem ver bem os objetos, é porque não existe luz, e nós não conseguimos ver as coisas nesse plano sensível, apesar de termos o sentido da visão. Assim também é a nossa alma que só consegue enxergar a verdade, por analogia a essa imagem do sol, se tiver na presença da ideia do bem, ou seja, é essa ideia do bem que vai proporcionar a claridade suficiente para que nós tenhamos conhecimento da verdade, no plano das ideias, tal como é o sol no plano sensível, como Platão afirma:

Portanto, relativamente à alma, reflete assim: quando ela se fixa num objeto iluminado pela verdade e pelo Ser, compreendo-o, conhece-o e parece inteligente; porém quando se fixa num objeto ao qual se misturam as trevas, o

² MARQUES, Marcelo P. *República VI. Aparecer e imagem. In: PERINE, Marcelo (Org.) Estudos Platônicos. Sobre o ser e o aparecer, o belo e o bem. São Paulo: Loyola, 2009, p. 137-167.*

que nasce e morre, só sabe ter opiniões, vê mal, alterando o seu parecer de alto a baixo, e parece já não ter inteligência. (508e)

Desse modo, se a nossa alma não estiver na presença da ideia do bem, não conseguirá enxergar a verdade, é como se nossa alma não conseguisse raciocinar, não tivesse inteligência, só quando ela está na presença do bem, é que consegue enxergar as coisas com inteligência.

Consequentemente, a alma conhece a verdade, vendo com os olhos da inteligência, pois possui a ideia suprema, ideia de todas as ideias, o bem e a sua perfeição no plano inteligível. Assim, como a faculdade da visão, e as coisas participam da luz, porque também a alma e as ideias participam do bem, da perfeição, é que a alma pode conhecer as ideias.

Isso mesmo acontece com o sol, a nossa visão não consegue enxergar as coisas se não estiverem bem iluminadas, ou seja, os objetos, se não tiverem na presença do bem (sol), igualmente acontece quando nossa alma não está na presença da ideia do bem, ela só consegue emitir opiniões, e essas opiniões às vezes são falsas, às vezes são verdadeiras, mas são sempre opiniões, nunca condiz com a verdade.

As opiniões não condizem com a verdade, pois o que conhecemos da realidade não é o que pode ser percebido através dos sentidos, mas através do original, ideias imutáveis que estão para lá das opiniões e das aparências.

Assim, todas as coisas invisíveis que estão na escuridão quando iluminadas por uma luz, se tornam visíveis, aparecem todas as suas características, a imagem iluminada nos permite conhecer, como MARQUES diz:

Antes de tudo, na imagem do sol, é notável o modo como visível e invisível se entrelaçam. Primeiro, o fato de algo invisível ser condição da visibilidade dos seres, mesmo no plano do sensível; a ideia é surpreendente e instigante. Só vemos o que vemos por causa de algo que não vemos. A postulação da invisibilidade é feita já em plena explicação (construção) do visível. (2009, p. 154).

Daí a importância da relação do terceiro elemento, a luz que é a causa da visibilidade, que torna possível o olho usufruir da faculdade da visão, nos permitindo distinguir com nitidez as coisas que estão próximas de nossos olhos. Pode-se dizer que o sol é o bem no plano sensível, princípio que causa, desenvolve e nutre todas as coisas que são geradas a partir da ideia do bem. O sol como fonte geradora de conhecimento visível de todos os seres, e o bem princípio inteligível, que dá a capacidade de compreender a essência de todas as coisas. Platão acrescenta:

Logo, para os objetos do conhecimento, dirás que não só a possibilidade de serem conhecidos lhes é proporcionada pelo bem, como também é por ele que o ser e a essência lhes são adicionados, apesar de o bem não ser uma essência, mas estar acima e para além da essência, pela sua dignidade e poder(509b).

Com isso, há a explicação de como se constitui a visibilidade. O sol tem o poder de geração, de crescimento e nutrição de todas as coisas sensíveis e de manutenção de sua vida, como no plano inteligível o bem é aquilo que dá unidade e inteligibilidade às ideias.

Esta analogia entre o Bem e o Sol é utilizada para explicar como o bem possibilita a beleza e a verdade de serem apreendidas pela alma; tal como o Sol possibilita aos sensíveis serem vistos pela visão. Assim sendo, na reflexão platônica sobre a ideia do bem, o sol é assemelhado ao bem no que tange à possibilidade do conhecimento, para explicar tanto a ideia do bem como aquilo que no visível é semelhante ao bem em si, no inteligível.

Quer se dizer com isso que o sol, na dimensão sensível, possibilita os objetos serem vistos e dá a capacidade de ver as coisas visíveis, e o bem dá, no plano inteligível, a capacidade de compreender a verdade que serve de sustento teórico a todas as coisas que existem sensivelmente.

Neste sentido, pode-se dizer que a ideia do bem, tomada na condição de compreensão de uma realidade, no plano inteligível, liberta a alma das aparências para atingir o conhecimento do Ser, da verdade e da forma do bem. Dixsaut expressa assim:

Porque é na medida em que desejamos compreender e, portanto, sair da opinião que experimentamos, por isso mesmo, a existência do Bem. O que é [está] bem é que a alma possa conhecer por outra via, que não a opinião, que o pensamento seja diferente de uma sucessão de juízos discutíveis, variáveis e subjetivos. O que o bem é, portanto, antes de a inteligência ser, que a alma possa exercer perfeitamente o seu poder de conhecer perfeitamente e não apenas cegamente como ela faz quando “opina”. A ciência própria da inteligência é diferente do conhecimento por opinião: efetivamente isto basta para estabelecer a existência e o poder do Bem. Não estamos condenados à opinião, podemos pensar, atingir alguma coisa do Ser e da verdade e o Bem está no princípio desta possibilidade (2000, p. 92).

Diante de tudo isso, para se explicar a respeito do que seria a imagem do sol e a ideia do bem, Platão desenha um longo percurso, a partir da imaginação de uma construção de cidade justa, por meio do diálogo entre Sócrates e seus interlocutores, Glauco e Adimanto, que começa com a afirmação de Sócrates dizendo que somente o filósofo poderia governar a cidade, porque só ele seria capaz de contemplar a ideia do bem.

Com isso, podemos dizer que o sol é análogo ao bem e o bem não pode ser nada de material, pois está além da dimensão sensível. Dessa forma, o bem nos dá a certeza de nossos conhecimentos e sem que ele mesmo seja o conhecimento ou mesmo a existência, pois o bem está além de tudo isso.

O sol é o filho do bem que além de ser fonte de luz para iluminar todas as coisas é também fonte de crescimento e nutrição para todos os seres que existem no plano sensível. O bem é a causa primária inteligível, que não sofre geração nem corrupção sendo, portanto, causa do conhecimento das coisas sensíveis. Contudo somente o filósofo consegue alcançar e contemplar a ideia do bem, que é inteligível.

Nesse sentido, Sócrates afirma que se a nossa visão estiver direcionada para os objetos com pouca luz, somos incapazes de distinguir com clareza o objeto visto, assim é ao contrário, quando nossa visão está direcionada para objetos com uma iluminação eficiente, somos capazes de enxergar com clareza e distinguir o objeto observado. A partir daí podemos entender a analogia do sol com base no bem em si, que ilumina as ideias e proporciona o conhecimento.

Dessa forma é possível compreender que a imagem do sol é o elemento fundamental na ilustração nesta analogia de Platão. Com intuito de que a exposição a respeito do filho do bem fosse melhor compreendida pelos interlocutores, a imagem é usada para explicitar a importância do bem no inteligível; ela é responsável por dar ao filósofo a capacidade de perceber a essência de todas as coisas, por ser o bem a causa-epistemologicamente última de tudo o que existe.

Finalizamos este capítulo assinalando que a utilização da imagem do sol é uma investigação intelectual do filósofo Platão acerca da ideia do bem no plano inteligível e o sol no plano sensível.

CAPÍTULO 2 - ANALOGIA DA LINHA

Platão constrói a imagem de uma linha dividida e vai distingui-la em partes, como fez com a analogia do sol. Ele estabelece distinções entre a dimensão sensível e a dimensão inteligível para mostrar os planos que compõem a realidade e os modos nos quais a alma conhece tais planos. Um destes planos é a opinião, com as representações de uma realidade que é percebida pelos nossos sentidos, este plano é constituído pelos objetos visíveis; o outro plano é aquele designado pela palavra conhecimento (*episteme*), ele é composto pelos objetos da matemática e pelas ideias.

Assim, a relação entre o conhecimento e a opinião está apresentada em seções de acordo com o grau de cognoscibilidade, que se eleva do sensível ao inteligível de forma exclusivamente intelectual, na busca da verdade, como buscamos apresentar.

2.1 A LINHA E SUAS DIVISÕES

Platão apresenta no final do livro VI a imagem da linha dividida. Com ela, ele distingue dois modos nos quais o mundo aparece, um visível, o campo do aparecimento, que é dito por meio das opiniões, e o campo da matemática e das ideias, que é dito por meio de um discurso verdadeiro que pode verter-se em conhecimento.

A narrativa de Sócrates, segundo Platão, é que antes de seccionar a linha, e após ter falado da analogia do sol, referindo-se à dimensão sensível e à dimensão inteligível, Sócrates diz que são dois os que reinam; o visível e o inteligível. No visível, Sócrates vai diferenciar duas classes, e no inteligível, outras duas classes.

Sócrates então diz aos interlocutores para suporem uma linha dividida em duas seções, que serão depois subdivididas. Cada uma destas seções representa, por um lado, o modo como os objetos do conhecimento estão dispostos no todo e, por outro lado, o modo como a alma entra em contato com cada uma destas partes e é por elas afetada, gerando, assim, estados distintos de comportamento da alma; portanto, discursos distintos também.

Segue a descrição platônica da linha:

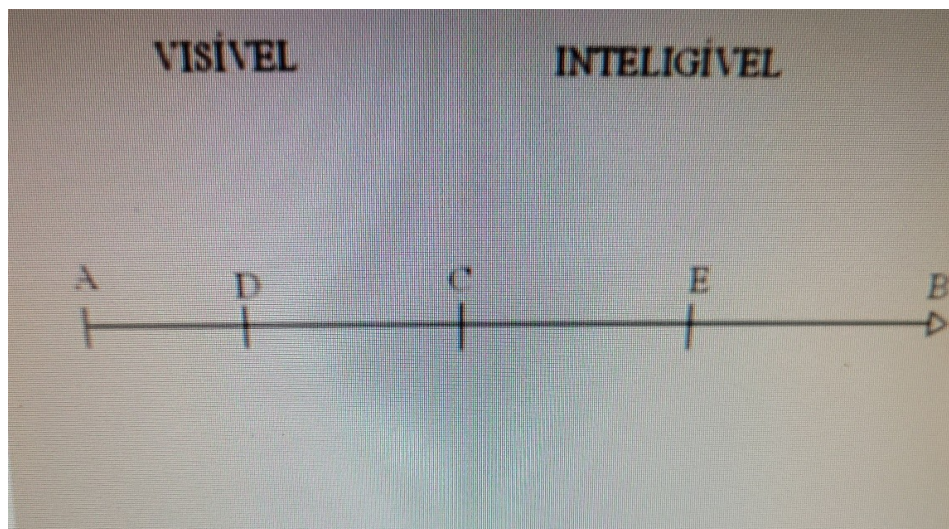
Supõe então uma linha cortada em duas partes desiguais; corte novamente cada um dos segmentos segundo a mesma proporção, o da espécie visível e o

da inteligível, e obterás, no mundo visível, segundo a sua claridade ou obscuridade relativa, uma secção, a das imagens. Chamo imagens, em primeiro lugar, às sombras; seguidamente aos reflexos nas águas, e àqueles que se formam em todos os corpos compactos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais que for do mesmo géneros, se estás a entender-me (509e).

Sobre essa linha dividida ao meio, Platão diz que a parte inferior seria correspondente às imagens da dimensão visível, e a parte superior seria os objetos correspondentes ao inteligível. De modo que, cada parte das duas seções será dividida, ficando cada uma delas com dois segmentos, ou seja, dois segmentos pertencentes ao visível e dois segmentos pertencentes ao inteligível.

Ao estabelecer as diferenças de estado na alma, Sócrates estabelece também as distinções entre os tipos de discurso que a alma assume quando em face de diferentes objetos do conhecimento. A primeira seção, denominada de *doxa* (opinião), engloba as imagens advindas de reflexos, sombras e tudo o que opera a partir desta natureza. A segunda parte é denominada de conhecimento (*episteme*). Dela participam respectivamente as subseções da matemática e o plano das ideias (*noesis*).

Segue a figura da linha com suas divisões, cada uma das seções é classificada em A e B e suas subdivisões em D, C e E.



Dessa maneira, cada uma das seções é classificada na linha seguindo a divisão dos segmentos A e B, a primeira seção (A) do plano visível está subdividida nos segmentos A D e C, no plano visível: (A, D) são as imagens, sombras e reflexos, que também participam os estados da alma, conjectura, ilusão (*eikasia*) e o (D, C) os animais, plantas e os objetos fabricados, os estados da alma são a crença e a convicção (*pistis*). Do mesmo modo, a segunda

seção (B) do plano inteligível, está subdividida nos segmentos C, D e E. Nos segmentos (C, D) encontramos as hipóteses, a matemática e a razão, temos aí o entendimento (*dianoia*) enquanto disposição da alma, nos segmentos (D, E) está a inteligência (*noesis*) que é a disposição da alma quando esta compreende as ideias (*eide*).

Assim, Sócrates segue falando das divisões da linha, ordenando as seções de acordo como foi mencionado na figura. Os dois primeiros segmentos pertencentes ao visível, o mais inferior seria aquele correspondente às imagens, que são as sombras dos objetos presentes nesse mesmo nível de realidade, quando Sócrates diz:

Chamo imagens, em primeiro lugar, às sombras; seguidamente, aos reflexos nas águas, e àqueles que se formam em todos os corpos compactos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais que for do mesmo género, se estás a entender-me. (509e).

Nesse sentido, as imagens são sombras e reflexos dos objetos da segunda divisão da linha da dimensão visível. Assim, esse segmento do visível constitui-se em semelhanças das sombras e reflexos de tudo que aparece as coisas físicas, que juntos formam o estado da alma denominado conjectura, ilusão (*eikasia*).

O segundo seguimento da seção A preenchido pelos objetos físicos, animais, plantas e outros artefatos. Este segmento corresponde a um estado da alma denominado convicção ou crença (*pistis*). Dito assim por Sócrates, “Supõe agora a outra secção, da qual esta era a imagem, a que nos abrangem a nós seres vivos, e todas as plantas e toda a espécie de artefatos” (510a). Podemos dizer que os objetos deste segmento estão na condição de ser como os originais ou como imagens e servem de reflexo para o segmento inferior.

Dixsaut comenta que:

Certos objetos têm até um modo de ser ambíguo; uma estátua, um monumento, são, ao mesmo tempo, objetos muitos reais, plantados no espaço e, no entanto, são também imagens. Mas, na verdade, todo o objeto sensível comporta esse duplo estatuto, todos podem ser, alternadamente, tomados como “originais” ou como “imagens”. É a alma que lhes atribui o seu grau de claridade ou de obscuridade, conforme ela está em estado de ilusão ou experimenta confiança, ou tem a certeza de estar diante de um objecto “real”. (DIXSAUT, 2000, p. 102).

Sócrates faz a distinção com graus de clareza entre essas coisas sensíveis (plantas, animais e artefatos fabricados pelo homem), que são os estados da alma a fê, crença (*pistis*), no

segmento (D, C) esses objetos físicos dos quais as sombras são suas imagens refletem no segmento (A, D) *eikasia*, segmentos da seção A, que é dominada pela opinião (*doxa*).

Segundo LAZARINI (2007, p. 54): “Essas subdivisões correspondem a distintos graus de clareza que vão do mundo sensível ao inteligível”. Podemos perceber o grau de clareza, pois há distinção dos objetos sensíveis no gênero da opinião (*doxa*), enquanto nos objetos do gênero do conhecimento (*episteme*), não percebemos.

Na sequência da linha, depois dos segmentos do campo sensível teríamos os outros segmentos, que representam a seção do inteligível (*noetós*). Nessa seção estão os dois segmentos do inteligível, o primeiro seria o nível do pensamento, do raciocínio, no qual Platão introduz a matemática, inclui a geometria e a aritmética. Esse segmento é mais abstrato, pois envolve as hipóteses, a razão e as ciências como Platão descreve:

Na parte anterior, a alma, servindo-se, como se fosse imagens, dos objetos que então eram imitados, é forçada a investigar a partir das hipóteses, sem poder caminhar para o princípio, mas para a conclusão; ao passo que, na outra parte, a que conduz ao princípio absoluto, parte da hipótese, e, dispensando as imagens que havia no outro, faz caminho só com o auxílio das ideias (510b).

Essa seção tem características diferentes, Platão nomeia como o campo dos objetos que envolvem o raciocínio matemático, ou seja, os objetos matemáticos abstratos, as hipóteses. Nesse segmento, Platão coloca esses objetos matemáticos numa posição especial porque eles não dizem respeito por que na verdade eles se diferenciam do campo do sensível, trata de objetos matemáticos do campo racional, pois nossa compreensão é feita somente pelo pensamento.

Do ponto de vista de Pappas (1995, p. 173): “A matemática pertence ao domínio do conhecimento, porque as verdades que ela descobre não dizem respeito aos objectos da experiência sensorial”. Apesar de usar imagens sensíveis, a partir de hipóteses, deduzindo conclusões, a matemática procede de maneira que seus raciocínios partem das hipóteses, utilizando-se de imagens.

Segundo Platão, a argumentação de Sócrates, seu personagem principal no diálogo, é tentar convencer seus interlocutores Adimanto e Glauco a compreender que o conhecimento dos objetos não está nos sentidos, e que o objetivo é a ascensão da alma, mas é preciso sair, com o pensamento, do âmbito da *dóxa* e elevar-se ao conhecimento proporcionado por uma análise da razão. Como Platão explica:

Vamos lá outra vez – disse eu – que compreenderás melhor o que afirmei anteriormente. Suponho que sabes que aqueles que se ocupam da geometria, da aritmética e ciências desse género, admitem o par e o ímpar, as figuras, três espécies de ângulos, e outras doutrinas irmãs destas, segundo o campo de cada um. Estas coisas dão-nas por sabidas, e, quando as usam com hipóteses, não acham que ainda seja necessário prestar contas disto a si mesmos nem aos outros, uma vez que são evidentes para todos. E, partindo daí e analisando todas as fases, e tirando as consequências, atingiremos ponto a cuja investigação se tinham abalçado (510c).

Sócrates diz que essa seção trata de compreender como se dá esse método de mudança de uma seção para outra. Aqui é do campo das hipóteses, que ao entrar em contato com a alma gera nela um entendimento (*diánoia*), campo dos objetos matemáticos que são tratados pelas ciências particulares. De maneira o movimento que a alma faz no segmento (C, E) hipóteses, razão (*dianoia*) participa como intermediária entre a opinião e a inteligência, porque primeiro ela retorna ao segmento anterior e depois segue para o superior. Lazzarini (2007, p. 55) comenta que: “A *dianoia* (a faculdade de raciocínio; inteligência discursiva) se exerce sobre as coisas matemáticas e prepara o espírito para o conhecimento das Ideias ao qual se pode chegar através da dialética”.

Na opinião de Dixsaut:

Quando Sócrates, perante a incompreensão de Gláucon, toma exemplos para ilustrar esta terceira seção (c) da linha, toma-os da aritmética e da geometria. Então, não são mais do que exemplos, que não esgotam a maneira de raciocinar nem de pensar que começa por pôr uma hipótese, tida como verdadeira durante todo raciocínio, a fim de extrair dela uma conclusão e que emprega na sua busca imagens sensíveis, pertence a esta seção (c). Ora, não só as matemáticas, mas também todas as ciências experimentais começam por formular hipóteses que servem para descobrir e explicar e também para formular novos problemas. A diferença é que, em matemáticas, as hipóteses (postulados, axiomas e definições) são explícitas e de uma clareza perfeita (2000, p 102).

Neste segmento a razão traz a compreensão a respeito das ciências matemáticas que resulta no entendimento e busca através da alma servir-se das hipóteses que examina os dados sensíveis pela habilidade dialética e termina em hipóteses sem ir ao princípio.

A última seção da linha pertence ao domínio inteligível, e seu segundo segmento, que não admite hipóteses, é princípio anipotético, o das ideias. A parte que não se serve de nenhuma imagem e trata da inteligência dialética, e por isso esse segmento configura como o mais elevado grau de conhecimento na imagem da linha, pois nele se encontra o primeiro princípio. Que também no livro VI Platão menciona:

Compreendo, mas não o bastante – pois me parece que é uma tarefa cerrada, essa de que falas – que queres determinar que é mais claro o conhecimento do ser e do inteligível adquirido pela ciência da dialéctica do que pelas chamadas ciências, cujos princípios são hipóteses; os que as estudam são forçados a fazê-lo, pelo pensamento, e não pelos sentidos; no entanto, pelo facto de examinarem sem subir até o princípio, mais a partir de hipóteses, parece-te que não têm a inteligência desses factos, embora eles sejam inteligíveis com o primeiro princípio. (VI, 511d).

Para compreensão do interlocutor, Platão diz que na medida em que atravessa essas hipóteses, a alma passa por vários graus de abstracção e chega ao conhecimento verdadeiro. Usando as hipóteses, como simples hipóteses como pontos de apoio para chegar ao princípio e alcançar o conhecimento das realidades inteligíveis.

Platão segue explicitando a divisão da linha, como se forma o conhecimento e as verdadeiras realidades, os estados da alma seguindo passo a passo cada segmento, a partir de seu método e como distinguir os discursos do âmbito opinativo (*doxa*) daqueles que são verdadeiros e justificáveis a partir de um princípio que leva ao conhecimento (*episteme*).

No que tange toda essa sequência estrutural da imagem da linha, da teoria platônica, com os segmentos representando níveis de realidades diferentes uns dos outros, verificamos que esses níveis de discursos vão do mais inferior, o domínio do sensível ao mais alto, o domínio do discurso verdadeiro, do conhecimento inteligível.

Sócrates chama a atenção dos interlocutores a respeito dos gêneros que reinam e os classifica como *o visível* e *o inteligível*:

Imagina então – comecei eu – que, conforme dissemos, eles são dois e que reinam, um na espécie e no mundo inteligível, o outro no visível. Não digo “no céu”, não vás tu julgar que estou a fazer etimologias com o nome. Compreendestes, pois, estas duas espécies, o visível e o inteligível?”. (509d).

Nessa construção, Platão segue explicitando através de cada seção do segmento toda forma de como conhecer o que pode ser conhecível. Assim vimos os segmentos divididos em quatro seções, cada um correspondendo um estado da alma, confirmando que o conhecimento da opinião (*doxa*) é diferente de conhecimento verdadeiro (*episteme*).

Como Pinheiro nos afirma:

As subdivisões do gênero visível são determinadas relativamente ao grau de clareza e obscuridade de cada secção, formando (1) a das imagens, que são as

sombras e os reflexos, e (2) a das coisas materiais, os seres vivos e os artefatos, que servem de modelo às imagens. (Pinheiro, 2009, p.64).

Nas subdivisões, Platão se utiliza dessas imagens para construir o caminho e demonstrar os graus de realidades em cada seção, e que elas estão relacionadas com as seções seguintes porque são os modelos dessas imagens que nos levam a uma melhor compreensão das coisas e suas realidades.

Na segunda divisão denominada de crença ou fé (*pistis*), a seção aponta para uma apreensão mais organizada com objetos “cujas imagens são a semelhança”, como Dixsaut acrescenta:

“A segunda pequena seção (b) compreende as “coisas”, cujas imagens são a semelhança: os animais, tudo o que cresce e os objetos fabricados”. O estado da alma correspondente é a crença, a convicção (*pistis*). A semelhança dos objetos que se relacionam, o sensível e a ideia com efeito de cópia e modelo, colocando a ideia idêntica a si mesma”. (2000, p. 100).

Que os objetos dessa segunda seção se assemelham com os objetos da primeira seção da qual são simples imagens. Logo, pode-se dizer que de acordo com o método do “que é verdadeiro e o que não é, e que, tal como a opinião está para o saber, assim está a imagem para o modelo?” (510b).

Essas duas divisões da linha ocupadas no mesmo segmento da dimensão sensível, correspondem ao conhecimento de opinião (*doxa*). Segundo Dixsaut (2000, p.101), as seções: “Tomadas em conjunto, estas duas seções constituem o reino do visível, do opinável, do devir e do estado da alma correspondente que é caracterizado por uma só palavra, opinião”.

Sendo, a primeira seção denominada de conjectura, imaginação (*eikasía*), nos revela a visão das imagens que o homem comum tem das coisas visíveis (sombras, reflexos) visão incompleta e imperfeita; a segunda denominada de crença e fé (*pistis*), mostra também uma apreensão mais organizada, porém ainda imperfeita, por pertencerem à dimensão visível.

No segmento da dimensão inteligível, vimos as duas seções, que estão o entendimento, raciocínio (*dianoia*) e o segundo segmento a inteligência (*noesis*). Na primeira parte, o raciocínio conduz as operações da alma e utiliza as imagens partindo das hipóteses para a conclusão. No segmento seguinte a inteligência, que não admite o uso de imagens, mas se apoia no princípio anipotético que são as próprias ideias.

E como a primeira seção do inteligível refere-se aos objetos apreendidos pelo entendimento (*dianoia*), que busca fundamento no segmento anterior (sensível), e tem seu lugar

em que se encontra a matemática e outras ciências, além das hipóteses que a alma é obrigada a servir-se delas para o encontro das finalidades mais verdadeiras, Platão explica:

Portanto, era isto o que eu queria dizer com a classe do inteligível, que a alma é obrigada a servir-se de hipóteses ao procurar investigá-la, sem ir ao princípio, pois não pode elevar-se acima das hipóteses, mas utilizando como imagens os próprios originais dos quais eram feitas as imagens pelos objectos da secção inferior, pois esses também, em comparação com as sombras, eram considerados e apreciados como mais claros. (511a).

Como vimos antes na divisão da linha interpretada por Dixsaut dessa forma:

Agora é preciso seccionar a outra parte, a parte “inteligível” da linha (B). O princípio do corte consiste que, primeiramente, a alma se serve ou não de imagens. Na primeira secção (c), desta parte (B), a alma, utilizando “originais” da secção anterior como imagens, é obrigada a procurar, a partir de hipóteses, para chegar a uma conclusão, quando, na segunda secção (d), a alma remonta da hipótese a um princípio absoluto “anipotético”. (2000, p.102).

Assim, Platão descreve o segmento que por sua vez corresponde à razão, e que envolve o conhecimento baseado nas hipóteses formuladas pela geometria, pela matemática e outras ciências. Além disso é um conhecimento que a própria razão alcança pelo poder da dialética, usando as hipóteses não como primeiros princípios, mas apenas como hipóteses.

Finalmente, o segundo segmento da seção do inteligível, que Sócrates no diálogo com seus interlocutores Adimanto e Glauco classifica como o domínio do princípio que não admite hipótese, partindo do próprio princípio que é anipotético. Atingindo o objetivo, que é a conclusão, sem utilizar de um ou outro dado sensível, partindo do princípio, das ideias e terminando com as ideias. Assim, Sócrates diz:

- Compreendo que te referes ao que se passa na geometria e nas ciências afins dessa.
- Aprende então o que quero dizer com o outro segmento do inteligível, daquele que o raciocínio atinge pelo poder da dialética, fazendo das hipóteses não princípios, mas hipóteses de facto, uma espécie de degraus e de pontos de apoio, para ir até àquilo que não admite hipóteses, que é o princípio de tudo, atingido o qual desce, fixando-se em todas as consequências que daí decorrem, até chegar à conclusão, sem se servir em nada de qualquer dado sensível, mas passando das ideias umas às outras, e terminando em ideias. (511b).

Sócrates a fim de fazer Glauco compreender a diferença entre os níveis da realidade, utilizou-se da analogia da linha dividida, que traduz de forma clara toda estrutura e mudança

desde a passagem do sensível na *doxa* (opinião), para o raciocínio epistêmico, dialético, realizado pela razão para chegar no inteligível, que se encontra no nível noético do pensamento.

Assim, como vimos nessa analogia, Platão descrever como devem ser os tipos de discursos, a *doxa* (opinião) e a *episteme* (conhecimento). Nestas duas categorias de pensamento incluem-se os estados da alma que estão posicionados em cada uma das quatro partes seccionadas da linha dividida, a *eikasia*, a *pistis*, a *dianoia* e a *noesis*. Ordenadas de acordo com as divisões da linha, estes termos gregos correspondem às seguintes afecções da alma: conjectura/ilusão, fé/crença, entendimento e a inteligência.

Desse modo, as afecções da alma em cada uma dessas seções têm um objeto da realidade. Assim, o objeto relativo à primeira seção (*eikasía*) refere-se às imagens das coisas visíveis que são apreendidas pelos sentidos, as sombras, os reflexos, são representações das coisas sensíveis que chegam até nós, são cópias, modelos de uma realidade inteligível.

Esta segunda seção da afecção (*pistis*) corresponde a todos os entes visíveis presente na dimensão sensível, como os animais, os seres humanos, os utensílios e todos os artefatos. Nota-se que nessa passagem, o conhecimento habitual, gerado a partir destes objetos e seres, é apenas de aparência, porque se encontram no nível da opinião (*doxa*). Por isso, não somos capazes de apreender as ideias através dos sentidos, uma vez que percebemos as características do objeto diante de nós, mas, que expressa em não ser mais do que a cópia de outro objeto.

Nessa passagem Dixsaut observa assim:

Mas, na verdade, todo objeto sensível comporta este duplo estatuto, todos podem ser, alternadamente, tomados como “originais” ou como “imagens”. É a alma que lhes atribui o seu grau de claridade ou de obscuridade, conforme ela está em estado de ilusão ou experimenta confiança, ou certeza de estar diante de um objeto “real”. (p.102).

Dessa maneira, a comentadora compreende que os objetos dessa seção não são vistos como um conhecimento verdadeiro, sendo apenas uma suposição ou uma crença provocada a partir de uma falsa confirmação do ser. Portanto, Platão diz que o segmento da *dóxa* comporta verdade e não verdade, de maneira que a alma não pode deixar de imaginar (*eikasia*), ou pode ter uma convicção (*pistis*).

Compreendendo a seção sensível passamos à compreensão da realidade denominada de inteligível. O entendimento (*dianoia*), nível dos objetos matemáticos e outros, que causa o conhecimento correspondente a categoria do pensamento. Como Dixsaut comenta:

O pensamento que raciocina não pode passar sem o sensível, mesmo que saiba perfeitamente que não passa de uma imagem imperfeita, que a figura quadrada não é mais do que uma imagem do quadrado geométrico, sobre o qual, por direito, somente a geometria raciocina. Portanto, a razão (o pensamento *dianoetico*) caracteriza-se por um uso “sábio” da imagem – que ela conhece como tal – que é obrigada a considerar verdade sempre que raciocina a partir dela. (2000, p.103).

Com isso, é possível dizer que o conhecimento dos objetos desta seção é gerado a partir do entendimento hipotético de entes que são percebidos pelos sentidos. O pensamento se serve de objetos sensíveis, a alma utilizando os modelos da seção anterior, obriga-se a procurar a partir de hipóteses, para chegar a uma conclusão.

Do mesmo modo, Platão esclarece que só através da hipótese é possível que a alma se eleve do plano sensível para o plano inteligível, alcançando a primeira prova de um conhecimento mais legítimo e sem a fragilidade das opiniões. Atingindo primeiro o estado do entendimento (*dianoia*) e depois a inteligência (*noesis*) teremos assim, o primeiro contato com a realidade que transcende a experiência sensível, o inteligível.

Segundo Dixsaut (2000, p.108): “A Forma posta por hipótese exige, por isso, uma garantia, um fundamento, um princípio. Este princípio é atingido quando se possui um verdadeiro saber desta Forma, em vez de uma opinião mutável, variável e discutível”.

Finalmente, a seção do intelecto (*nous*). Aqui estão as ideias que são os princípios organizadores de todas as coisas sensíveis existentes. Aqui o mais elevado segmento de conhecimento (*episteme*), alcançado através da dialética, que leva a compreensão através de um princípio anipotético, após retornar das hipóteses ao princípio.

De modo que Platão nos mostra que o conhecimento (*episteme*) está nessa seção última do inteligível. A inteligência da alma que por meio da razão, com o uso de hipóteses atinge a essência das coisas que transcendem todas as hipóteses, alcançando o princípio que por meio de sua capacidade dialética atinge a verdade.

Dixsaut (2000, p. 109) entende que: “A inteligência dialética não se serve de nenhuma imagem, não se apoia em nenhuma realidade sensível, só se serve de Formas, só efectua as suas passagens através das Formas e é em Formas que ela termina (511 b-c)”.

É importante ressaltar que a dialética é o método apropriado de alcançar a ideia a qual Platão compreende ser o princípio que fundamenta o conhecimento (*episteme*). Disso também compreendemos que só podemos atingir a realidade das ideias na medida em que, pelo processo

dialético se faz necessário e exige uma maneira de pensar capaz de ascender até ao princípio. Assim, percorrendo com a alma sucessivos níveis de abstração, usando a razão metodicamente para alcançar o princípio absoluto – as ideias.

Evidentemente, o conhecimento do inteligível e do Ser, é o conhecimento final sobre a perfeição da essência que a alma atinge, com o uso da sua razão e outras faculdades, que começa e termina nas ideias possibilitando à alma a compreensão de um princípio primitivo.

Certamente, as ideias são inteligíveis (*noetai*) por serem apreendidas pela inteligência (*noesis*), e que diferencia o movimento da multiplicidade das coisas sensíveis e unidade inteligível, e vice versa reconhecendo essa distinção pelo poder da dialética que tem como propósito alcançar o conhecimento verdadeiro. Diante disso, o *logos* compreende as ideias como sendo uma realidade plena, distinguindo-se pela inteligibilidade, pela imutabilidade e pela unidade, sendo contempladas pelo pensamento.

Por fim, a linha dividida caracterizada na narrativa de Platão que mostra inicialmente Sócrates dividindo em duas partes, visível e inteligível e cada parte sendo dividida novamente, formando a seção visível com dois segmentos inferiores e a outra seção inteligível também com dois segmentos superiores.

A divisão da linha constitui-se em segmentos inferiores com o modo de ser que figuram as imagens alcançadas pela conjectura ou ilusão e os seres naturais e objetos fabricados alcançado pela fé, crença. De modo igual os segmentos superiores figuram as matemáticas, a geometria e outras ciências acessadas pela razão, entendimento e pelas ideias, inteligência o segmento mais elevado.

Com isso, a narrativa da divisão da linha do livro VI de Platão é vista também na figura traçada pela comentadora Dixsaut no livro República livros VI e VII, (2000, p. 99) mostrando as duas seções divididas com dois segmentos nominados como sensível e inteligível e que integra graus de ser, operações da alma, que objetiva a provável ascensão para alcançar o conhecimento através do discurso verdadeiro.

Portanto, a medida que se ultrapassa os segmentos primeiros da *doxa* e se aprofunda nos segmentos mais superiores da *episteme*, ou seja, a Sabedoria só é descoberta quando o conhecimento é revelado pela ciência e não do senso comum (opinião), e quando, esse conhecimento científico é formado pela inteligência (*noesis*) e não somente pelo raciocínio (*dianoia*), ascendendo assim das imaginações, das ilusões, para a crença nos objetos visíveis, e

destes para o raciocínio das ciências matemáticas e depois para o último segmento da intelecção das ideias.

CAPÍTULO 3 – ALEGORIA DA CAVERNA

Neste capítulo analisaremos as questões referentes à alegoria da caverna, presentes no Livro VII da *República* de Platão, com o objetivo de entendermos como se dá o processo de educação e ascensão da alma na busca pelo conhecimento. A narrativa projeta o percurso do prisioneiro a partir de uma realidade sensível, elevando-se ao inteligível para alcançar a ideia do bem.

Na narrativa, Sócrates e seu interlocutor, Glauco, falam a respeito da educação e ou da sua ausência. Platão faz referência a toda concepção de educação que necessita de um processo educativo com ações a partir de etapas, de acordo como a sociedade possa estar ou não submetida à educação. No início do livro VII, o filósofo escreve para que suponhamos a caverna com pessoas desde a infância presas, olhando apenas para frente sem poder virar a cabeça, visualizando imagens e sombras de objetos como se fossem reais.

Esse diálogo é uma criação alegórica do filósofo Platão. É uma alegoria que retrata uma caverna que serve como morada para os prisioneiros que vivem amarrados com correntes, na escuridão vendo apenas sombras. Platão se utiliza dessas imagens na discussão com o interlocutor Glauco para mostrar o estado de ignorância, a que o prisioneiro está submetido.

Platão de forma didática e apresentando uma conexão com a realidade vivida pela sociedade ateniense naquele contexto histórico e cultural, aspirava um modelo de educação que provocava fortes impressões de mudanças na teoria proposta para formação do cidadão. Esse método pedagógico propõe caminhos para libertar da caverna e da escuridão os prisioneiros e conduzi-los a luz, ou seja, conhecer a verdade.

Esse percurso seria utilizando a educação como ferramenta para o desenvolvimento humano, através de uma formação baseada num processo educativo que tem como objetivo orientar a alma neste plano físico a buscar o conhecimento verdadeiro. Assim, aplicando um método de aprendizado e observadas as aptidões naturais de cada indivíduo, e que começam a despontar desde a infância, possibilitará a formação de homens justos e verdadeiramente úteis ao Estado.

3.1 A DIMENSÃO SENSÍVEL E INTELIGÍVEL

Para a compreensão da alegoria, Platão faz uma representação como fez com a analogia do sol e a analogia da linha, distinguindo em duas dimensões; uma sensível e outra inteligível, sendo a dimensão sensível as coisas físicas, as aparências e as opiniões e a dimensão inteligível a racionalidade, a imutabilidade das ideias. Assim, como essa distinção está colocada no diálogo, talvez seja um modo de explicar o modo como a realidade dos objetos na dimensão sensível é constituída pelos prisioneiros, que estão como se estivessem condenados a continuar vivendo na ilusão e na aparência; por outro lado, a dimensão inteligível possibilita ter o conhecimento das realidades verdadeiras.

Uma vez essas pessoas tendo sempre uma imaginação de realidade por meio das sombras dos objetos vistos nesse plano sensível, Platão inicia a narrativa do livro VII com seu principal personagem, Sócrates e seu interlocutor Glauco, dizendo:

Depois disto – prossegui eu – imagina a nossa natureza, relativamente à nossa educação ou à falta, de acordo com a seguinte experiência. Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo comprimento dessa gruta. Estão lá desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no género dos tapumes que os homens dos “Robertos” colocam diante do público, para mostrarem suas habilidades por cima deles. (PLATÃO, 514a-b).

A caverna é uma alegoria que representa as pessoas da sociedade que não conseguem se desprender dos sentidos e assim continuarão vivendo na escuridão. Essa escuridão significa a condição de ignorância de uma sociedade que naquele momento vive sob o domínio da crença e da ilusão, de ver sombras acreditando que as imagens são objetos reais.

Dessa maneira, as sombras que são projetadas no fundo da caverna são apreendidas pelos prisioneiros como tudo que existe de real e verdadeiro. Assim, esses prisioneiros vivem na ilusão e, por isso, precisam se libertar desse plano visível que projeta objetos de forma distorcida, que pela crença sempre transformam numa realidade única existente e verdadeira, uma vez que os objetos verdadeiros só podem ser encontrados no plano inteligível por meio do pensamento.

Neste sentido, a representação do interior da caverna mostra aos prisioneiros um conhecimento do plano físico e apresenta as sombras de objetos como se fossem imagens da coisa real. Por outro lado, Platão observou realidades que abrangem duas dimensões: uma que

retrata as sombras vistas pelas pessoas presas no interior da caverna, que são os objetos visíveis da realidade sensível. E outra realidade que busca um conhecimento racional. Para Platão os primeiros modos devem ser afastados da Filosofia pois são conhecimentos ilusórios e aparentes. Os últimos modos são válidos para o conhecimento verdadeiro.

Entretanto, os prisioneiros nessa habitação subterrânea, vivendo sem nunca terem visto a luz do sol, estão numa condição desfavorável acorrentados e forçados a só enxergarem as sombras de objetos fabricados, que nutriam um conhecimento superficial. De maneira que esses prisioneiros dominados pela crença e pela falsa ilusão de realidade sobre os objetos vistos precisavam mover-se e libertarem-se das amarras que os prendem a uma realidade apenas sensível. DIXSAUT diz que:

A imagem propriamente dita abrange dois tempos: num primeiro momento, Platão apresenta a geografia da Caverna. É um lugar subterrâneo, onde se encontram, acorrentados, prisioneiros que estão de costas voltadas para a entrada. Algures, atrás e acima deles, brilha um fogo. Entre o fogo e os prisioneiros passa um caminho elevado (quer dizer, a um nível mais alto que o dos prisioneiros) e ao longo deste caminho levanta-se um muro. A todo comprimento deste pequeno muro e escondidos por ele, desfilam homens com espécies de marionetas levantadas acima do muro, projetando as suas sombras na parede para onde os prisioneiros estão voltados. (2000, p. 113).

Platão utilizou-se da imagem da caverna na tentativa de explicar de forma clara como as ideias e concepções do mundo se constroem, de acordo com o momento e a prática de como cada indivíduo vive. Explicitando através das imagens sua visão sobre um ponto de vista educacional e a forma de conhecimento no interior e no exterior da imagem da caverna, o filósofo mostra que há uma realidade sensível e outra inteligível.

A imagem da caverna ilustra uma realidade visível e mutável na dimensão sensível com a escuridão representando a ignorância do prisioneiro, mas que pode ser entendida como a privação da verdade. É um conhecimento ilusório, pois os prisioneiros da caverna só observam sombras de objetos físicos e materiais projetados na parede da caverna. Platão escreve nessa passagem:

Visiona também ao longo deste muro, homens que transportam toda a espécie de objetos, que ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que transportam, uns falam, outros seguem calados. (515c).

Conforme citado acima, o autor deixa claro que os prisioneiros, iludidos pelas sombras vistas, tomariam estas imagens como objetos reais, aceitando-as como uma realidade. Assim,

eles se mantêm na ilusão vivendo uma realidade que demonstra a falta de conhecimento porque a única coisa que eles enxergam são as sombras projetadas na parede.

Werner Jaeger interpreta a passagem de Platão:

Por detrás desta parede passa gente carregada de vários objetos e figuras de madeira e de pedra, algumas vezes em silêncio e outras falando. Estes objetos são mais altos que o muro e o fogo projeta-lhes a sombra na parede interior da gruta. Os prisioneiros, que não podem voltar a cabeça para a saída da gruta e que, portanto nunca viram senão as sombras durante a vida inteira, é natural que as considerem como a realidade, e quando, ao vê-las passar, ouvem o eco das vozes dos portadores, julgam ouvir a linguagem das sombras (1995, p.883).

Estas são as circunstâncias em que os prisioneiros se encontravam, em um plano de sombras, opiniões e que movidos por um estado mental que prevalece a ignorância sobre a verdadeira realidade. Para os prisioneiros, as sombras das estátuas eram os objetos propriamente ditos, pois eles não conheciam nada além daquilo que viam.

Lazarini enfatiza:

A condição dos prisioneiros que só conseguem enxergar as sombras dos objetos projetadas na parede do fundo da caverna é semelhante à nossa, prisioneiros que somos de nosso corpo e de nossos sentidos. Nossa alma aspira ao mundo das idéias, mas nossos sentidos nos dificultam chegar a ele. Na verdade, os impulsos da alma estão como que imobilizados pela certeza de que a realidade não é outra coisa senão a que nos apresentam os sentidos, e pela ilusão de que a felicidade e o bem se reduzem aos prazeres sensíveis. (2007, p. 44).

Essas sombras são imagem dos objetos perceptíveis que são apreendidas pelos sentidos de maneira distorcidas do objeto real, e que nesse plano representa uma opinião e ou discursos ilusórios que não acrescenta muito para o desenvolvimento humano. Com isso, as sombras, reflexo de objetos que não sendo verdadeira não propiciam uma experiência com o real que está além do plano visível.

Dessa maneira, o prisioneiro que ainda está preso a uma realidade que é fonte de engano e convicções do senso comum só consegue enxergar imagem que ele observa e julga como objeto verdadeiro. Glauco diz a Sócrates que o quadro descrito por ele lhe parece algo estranho. Sócrates, porém, diz-lhe que os prisioneiros "são semelhantes a nós". Nesse ponto, notamos:

Semelhantes a nós – continuei-. Em primeiro lugar, pensas que, nestas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projectadas pelo fogo na parede oposta da caverna? Como não respondeu ele, se são forçados a manter a cabeça imóvel toda a vida? – E os objetos transportados? Não se passa o mesmo com eles? (1949,515a).

De certo modo, a caverna é assim como nós, habituados a um tipo de um discurso e opiniões; estando os prisioneiros acostumados com as sombras, com a escuridão e o deslumbramento que essas imagens reproduzem em nós, permanecemos na ignorância de tal modo que ao invés de argumentar se uma imagem é ou não verdadeira, terminamos, em muitas das vezes, por acreditarmos que o discurso e as aparências são uma realidade verdadeira.

A imagem da caverna representa a nós mesmos, pois também somos dominados pelas aparências e pelos sentidos. A caverna refere-se aos nossos sentidos e nos condiciona a acreditar nas percepções e crenças advindas delas. Estas tornam-se limitadas por imposições ou acomodação. Com isso, percebe-se que o plano sensível, mencionado por Platão, além de ser fonte de engano, nos torna prisioneiros das opiniões por julgarmos serem verdadeiras.

Verificamos que a imagem da caverna está entrelaçada com a imagem do sol e da linha dividida em seus segmentos e níveis de realidades. Então, buscamos uma compreensão, de modo que, o prisioneiro para sair desse plano físico, e alcançar o plano inteligível, precisa desprender dos sentidos. De acordo com esses segmentos das analogias, existe o movimento da alma que vai exigir grande esforço e precisará de um tipo de educação para livrá-la da ignorância, como Dixsaut afirma:

Por fim, tal como a Linha, apesar de sua continuidade, acentuava divisões e cortes, porque ela servia essencialmente para distinguir modos de conhecimentos, assim também a caverna só nos apresenta transições, passagens e o que dela resulta. Estes movimentos são os próprios movimentos da alma que recebe um determinado tipo de educação, que sai da sua ignorância. (2000, p.112).

Platão usa os segmentos para nomear cada movimento da alma que tem seu primeiro estado correspondente a *eikasia* (ilusão), na analogia da linha dividida, e do sol, assim como na analogia da caverna que constitui a seção da sensação e percepção. Esse segmento na alegoria da caverna é a parte da dimensão sensível, onde as sombras são vistas como uma realidade existente, pois é a única coisa que os prisioneiros veem com convicção, pois não conhecem nada fora daquele ambiente.

Na imagem da caverna, a escuridão representa para os prisioneiros a ignorância, ou seja, a privações de conhecimento que os prendem no plano dos sentidos (*doxa*). Esse estado inicial dos prisioneiros é o que os mantém acorrentados num estado passivo de ilusão e reflete na natureza humana a condição de ignorância. De acordo como Dixsaut:

A sua própria ignorância, as suas paixões, os seus receios e os seus preconceitos. A ignorância é uma espécie de doença que, no entanto, é a nossa condição comum. Esta doença não é “natural” mais é-nos imposta desde a infância. Além do mais, não é um estado próprio de um prisioneiro isolado, mas sim do conjunto, da comunidade que eles constituem. (2000, p.114).

Essa realidade corresponde ao conhecimento do homem comum, prisioneiro de suas crenças e preconceitos, vivendo através de uma realidade constituída em sombras por conta do aprisionamento. Situação que retrata uma sociedade que tem uma cultura e informações recebidas de maneira distorcidas desde a infância, e que tende a perdurar por toda uma vida se ficarem vislumbrando as sombras na parede da caverna. Por isso, Platão procura demonstrar através dessa alegoria a importância de uma educação com base nas ciências matemáticas que conduz o humano a um conhecimento verdadeiro.

A realidade, para Platão, do ponto de vista da *psykhé*, pode ser compreendida a partir de dois conceitos: o visível e o inteligível. A realidade sensível, dimensão do sol, das coisas visíveis, aquela onde se encontram os prisioneiros e corresponde à percepção, através dos sentidos, constitui uma realidade que pode não ser verdadeira, apresenta apenas um conhecimento superficial. A realidade inteligível para Platão corresponde à dimensão da verdade acerca de algo, de um conhecimento por intermédio da razão que eleva a alma às ideias imutáveis.

No texto, Platão sugere uma suposição de libertação de alguns desses prisioneiros, da dimensão sensível para que ocorra a independência deles, de forma que eles descubram a realidade inteligível. De acordo com essa passagem do livro VII, Platão narra:

Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objetos mais reais? E se ainda, mostrando-lhe cada um desses objetos que passavam, o fôrçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objetos vistos outrora eram mais reais do que os que agora lhe mostravam? (516d).

Esse momento de saída da caverna do prisioneiro é doloroso, pois, primeiro, precisa se habituar com a luz do sol, e esta, o cega momentaneamente. Segundo Platão (516b): “A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da lua, mais facilmente do que se fosse o sol e o seu brilho de dia”. Em

razão do exposto, o prisioneiro, após se acostumar com a luz fora da caverna, percebe que os objetos apresentam outra realidade.

Como Werner Jaeger interpreta:

Precisaria ir se acostumando, à força de tempo, antes de estar em condições de contemplar o mundo da luz. A princípio, não poderia ver senão sombras, em seguida já conseguiria ver as imagens dos homens e das coisas refletidas na água, e só por fim estaria apto a ver diretamente as próprias coisas. Contemplaria depois o céu e as estrelas da noite e a sua luz, até que por fim se sentiria capaz de olhar o sol, não o seu reflexo nas águas ou em outros objetos, mas o próprio sol, em toda a sua pureza e no lugar que verdadeiramente ocupa (1995, p.884).

Desse modo, após a saída da caverna, a alma se liberta das aparências para se iniciar ao conhecimento das ideias verdadeiras, elevando-se do sensível ao inteligível. Como na passagem que Dixsaut afirma:

A saída da caverna é “a subida da alma para o lugar inteligível”. Num primeiro tempo, ter-se-á uma imagem invertida do inteligível. O próprio Platão diz-nos (VII, 532c-d) que este primeiro momento fora da caverna corresponde à razão (dianoia). Aquele que saiu conhece repentinamente os reflexos, as imagens como imagens e serve-se disso para habituar o seu olhar, para poder, depois, atingir os objetos em si mesmos. (2000, p. 120).

Essa atividade de libertação das aparências e saída da caverna representa a ascensão da alma, mas não basta sair da caverna e ver a luz, é preciso contemplar as formas e se acostumar a ver e separar os objetos do plano inferior ao do plano superior. Com isso, evidencia-se que em cada etapa desse longo e penoso percurso, a alma é forçada a atingir cada vez mais sua finalidade, que é alcançar a essência de todas as coisas.

Dixsaut descreve assim:

Só aquele que chegou a ver o próprio sol verá os inteligíveis puros e nunca terá necessidade de imagens. A passagem, a mudança de lugar que até então era uma ascensão penosa e difícil, por fim torna-o feliz (516c). Chegado ao termo do inteligível, à inteligência dialéctica, compreende-se que o conhecimento seja bom e seja fonte de felicidade. Aqueles “que atingiram este ponto aspiram a permanecer nele” (517d). (2000, p. 122).

O prisioneiro que sai da caverna e vê a luz do sol passa a compreender que esse movimento de saída é bastante difícil e implica uma mudança que o direciona a se libertar das falsas crenças e da ignorância, e seguir uma outra realidade.

A partir daí, Platão mostra a importância da educação e do conhecimento como ferramenta de aproximação da verdade, que possibilita de forma racional a alma a contemplação do Ser. Assim, vejamos na passagem de *A República*, em que Sócrates diz:

Temos então – continuei eu – de pensar o seguinte sobre a matéria, se é verdade o que dissemos: a educação não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles que introduzem a ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos. (...) A presente discussão indica a existência dessa faculdade na alma e de um órgão pelo qual aprende; como um olho que não fosse possível voltar das trevas para a luz, senão juntamente com todo o corpo, do mesmo modo esse órgão deve ser desviado, juntamente com a alma toda, das coisas que se alteram, até ser capaz de suportar a contemplação do Ser e da parte mais brilhante do Ser. A isso chamamos bem. (...) A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar volta a esse órgão, não a de o fazer obter visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele está na posição correta e não olha para onde deve dar-lhe os meios para isso. (518c-d).

Então, sobre tais aspectos no que tange à educação, compreende-se as consequências dessa mudança, que vai da passagem da escuridão para a luz, isto é, passa da ignorância para o conhecimento. Desse modo, a alma concebe não só uma nova maneira de ver os objetos, como também se tornar apta a aproveitar a qualidade ética e moral que já possui, uma vez que foi educada para a compreensão do que é uma realidade sensível e uma realidade inteligível.

Ressaltando o que Dixsaut menciona:

Aquele que vê os “originais” compreende imediatamente a diferença que existe entre os originais e as cópias, entre causa e o efeito. Mas os efeitos [operados na alma pela compreensão dessa diferença são imprevisíveis. Pode acontecer, então, que se prefira regressar à penumbra tranquilizadora, aos antigos preconceitos, ou avançar para conhecimentos mais sólidos. (2000, p. 118).

Nesse sentido, os meios educativos utilizados visam um conhecimento verdadeiro, orientando a alma ao alcance da ideia do Bem. A educação possibilita a alma à busca da verdade por meio do uso da razão que, por sua vez, caminha na compreensão de como o visível é explicado por meio do acesso ao invisível, e atinge a luz do saber. Uma educação que busca o conhecimento como forma de superar o discurso opinativo, baseado nas aparências e nos sentidos a que estão submetidos os seres humanos. Assim, podemos ver que:

A educação constitui este meio de orientar a alma para o que lhe convém, que alimenta e que a satisfaz. Ela não é, como proclamam os sofistas, uma simples transmissão de conhecimentos daquele que sabe para aquele que não sabe. Antes de aprender alguma coisa, é ainda necessário que a alma se lembre do seu poder de aprender, da sua inteligência. Isso somente lhe será possível com

a ajuda de, antes, ser depurada, purificada e liberta de tudo aquilo que a assombrava, de ter cortado “os pesos de chumbo” que a acorrentam aos prazeres sensíveis. (DIXSAUT, 2000, p.124).

A educação, de acordo com o filósofo Platão, deve ser o primeiro passo para transformar o prisioneiro gradativamente em um homem capaz de alcançar a sabedoria. Para isso o homem além da aptidão individual deve passar por um longo período de estudo que começa na infância para torna-se um verdadeiro amante da sabedoria.

Com uma educação baseada nas ciências matemáticas, que inclui também a geometria, a álgebra, a música e a astronomia, é proporcionado à alma mirar o bem. Essa formação especial vai permitir conhecer, através do intelecto, a verdadeira realidade, conforme objetiva o filósofo. Com isso, a educação vai libertar a alma da ignorância e permitir que ela saia do plano das aparências para atingir o conhecimento das ideias.

Este é o prisioneiro que após ser solto e livre da ignorância e dos preconceitos, torna-se capaz de contemplar o bem. Considerando que a saída do visível para o inteligível na busca da verdade vai colocá-lo mais próximo do que é real, e com isso obter maior clareza dos objetos. Platão diz que:

Considera pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeiras e curados da sua ignorância, a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam deste modo. Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objectos cujas sombras via outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objectos mais reais? E se ainda, mostrando-lhe cada um desses objectos que passavam, o forçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objectos vistos outrora eram mais reais do que agora lhe mostravam? (515d).

Desde então, o prisioneiro após ter alcançado o nível superior, e ter conhecido outra realidade, irá contrapor as sombras de objetos vistos e produzidos pelos homens no interior da caverna. Portanto, cabe ao filósofo voltar ao interior da caverna e convencer os que lá se encontram, a sair da escuridão conhecer a luz e a verdade.

Esse é objetivo da alma filosófica atingir aquilo que só o pensamento pode perceber e isto se dá de forma gradual, começando na base pelas aparências e opiniões e elevando-se para o plano da razão e da inteligência, ou melhor, fazendo a passagem do sensível para o inteligível em busca do conhecimento verdadeiro. Platão narra:

Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomarem como ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo a ideia do Bem; e, uma vez avistada compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e publica. (1949, 517b-c).

Como diz Sócrates, a saída da caverna é a subida do prisioneiro em busca da luz, da verdade. Essa busca é bastante difícil, dolorosa e perturbadora, pois a luz causará o incomodo dificultando a visão de enxergar os objetos nesse plano. Mas, é essa ascensão da alma que a permite ter conhecimento da ideia do bem, por meio da razão e da filosofia. Essa saída mostra de forma progressiva a existência de uma realidade diferente da que antes o prisioneiro via.

Uma vez estando fora da caverna, o prisioneiro sofreria as consequências da luminosidade do sol que afeta sua visão, e provavelmente só distinguiria as sombras dos objetos e suas imagens refletidas na superfície das águas depois de habituar-se com a claridade da luz do sol. Após longo esforço, ele necessitaria de uma adaptação para vislumbrar os objetos e até mesmo o sol, o causador dos ciclos das estações, dos anos e de toda vida. Como vemos na passagem do livro VII, 516c: “Depois já compreenderia, acerca do sol, que é ele que causa as estações e os anos e que tudo dirige no mundo visível, e que é o responsável por tudo aquilo de que eles viam um arremedo”.

A fase de retorno é a descida do filósofo para o interior da caverna, que provoca também uma complexidade de sair da luz para a escuridão. Sócrates reconhece que o filósofo, após ter alcançado a contemplação das formas, deve retornar ao interior da caverna e terminar sua missão. O filósofo é obrigado a falar aos prisioneiros acerca da existência de outra realidade fora da caverna; da necessidade de conhecerem a luz que ilumina os objetos, responsável pelas projeções das sombras na parede da caverna.

Esse conhecimento que o prisioneiro/filósofo adquire tem como atribuição o caminho da dialética, que na imagem da caverna mostra duas fases; uma que é a subida, e a outra a descida. Os resultados da passagem tanto da sombra para a luz (a saída da caverna) e da luz para a sombra (a nova descida), também parece ocasionarem um sentimento de dor, uma mesma perturbação e uma enorme dificuldade para se adaptar.

No entanto, Dixsaut (2000, p.122) observa:

“As conseqüências desta mudança são de duas ordens: em primeiro lugar, provisórias, pelo facto de as duas passagens da sombra para a luz (a saída da caverna) e da luz para a sombra (a nova descida) ocasionarem o que parece ser uma mesma perturbação, um deslumbramento; depois, definitivas: [...]. Como o termo inteligível é o Bem, o desejo inicial de compreender, que tornou possível o longo e penoso trabalho de educação, torna-se uma preferência absoluta, uma vida que não se trocará por nenhuma outra. (VII,516d-e; 521b”).)

As fases de mudanças são conhecimentos baseados numa educação. Sócrates propõe que seja desde a infância, para levar o homem na fase adulta a se curar da ignorância, das falsas opiniões e de tudo que é mutável e ascender ao inteligível.

No entanto, a ascensão do filósofo se dá exclusivamente através dos estudos das ciências dos números e dos cálculos, que após ter feito a passagem gradual por todos os níveis de conhecimento e ter feito uso da racionalidade e da dialética conseguiu elevar-se das sombras à luz e alcançar o inteligível, campo do racional e da contemplação das ideias. Sócrates diz que: “Essas ciências parecem, certamente, conduzir à verdade” (525b). É forçoso dizer que a educação conduz o filósofo ao estudo das ciências, até que se alcance a ciência mais elevada. Como Pinheiro relata:

De fato, a dialética não é somente a ciência mais alta, mas é a única ciência digna deste nome. As *technai* matemáticas que a preparam, responsáveis pela conversão do sensível ao inteligível, pela capacidade abstrativa que encerram, devem ser designadas num ponto intermediário entre a ciência e a opinião. Mais claras que a opinião, porém não tão claras quanto à ciência dialética, as matemáticas devem ser denominadas *dianoia*, pensamento discursivo, entendimento (533d). Matemáticas e ciência dialética têm em comum a aptidão de elevar “a parte mais nobre da alma à contemplação da visão do mais excelente dos seres” (532c). Mas só a dialética perfaz o telos de todo o conhecimento, o que o torna, ele mesmo, útil e válido, digno de ser conhecido, ou seja, a ideia do bem. (2009, p. 97-98).

De fato, conhecendo as ciências dos números comprova a importância da educação para o homem virtuoso que em função da sua singularidade passa por esse processo dialético em busca da sabedoria.

O filósofo conhece a ciência dos números que precede a dialética, e faz o caminho saindo da dimensão visível seguindo ao ponto mais elevado que é a dimensão inteligível, para conhecer a ideia do bem. Como Teixeira descreve:

A trajetória da dialética tem como objetivo levar do sensível ao inteligível, passar do plano físico ao metafísico, aproximar a multiplicidade do sensível a unidade do inteligível. Uno e múltiplo se fundem e se juntam na síntese., possibilitando a unidade na multiplicidade. O que busca a dialética é chegar à

contemplação das ideias supremas, ou seja, à abstração última da unidade absoluta. De todas as ideias, a mais especial é a ideia do bem. (1999, P. 46).

É possível considerar as ciências matemáticas como instrumentos principais de mudança da alma, pois tais ciências conduzem o espírito a um conhecimento libertador da ignorância e permite ao filósofo ter uma formação que o leva a um saber mais elevado que os demais. O filósofo, somente ele, por meio do pensamento, sai dessa dimensão visível, atingindo a realidade verdadeira e única, possibilitando à alma a caminhar do plano dos sentidos ao da verdade.

Esse caminho de subida e descida tem como objetivo o conhecimento da verdade. Isso ocorre através da educação que eleva o prisioneiro da caverna a abandonar tudo que é sensível a adquirir um conhecimento puramente racional. Considerando a dialética como o método complexo para alcançar o conhecimento da verdade, uma vez que a dialética expressaria as presumíveis contradições em relação à verdade e descobriria o caminho para chegar ao conhecimento verdadeiro.

Por fim, vimos que a alegoria da caverna trata sobre a condição do conhecimento humano. Aquele que tem a alma filosófica e está preso às sensações e ao domínio da opinião; busca a educação como forma de se libertar da ilusão dos sentidos. Por outro lado, a educação surge como instrumento que traz equilíbrio ao cidadão e o conhecimento próprio e além de uma realidade sensível, para uma construção de liberdade.

Assim, Platão observou que a dimensão sensível nos oferece um conhecimento ilusório, pois temos nas coisas materiais pura sensação. Na dimensão inteligível temos o domínio da razão, das ideias e das essências. Com isso, fica claro que a sensação por ser cópia do inteligível nos permite ter um conhecimento limitado e imperfeito, enquanto no inteligível, campo da razão, obteremos o conhecimento racional que eleva a alma à luz da sabedoria e da filosofia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu analisar e compreender as questões expostas pelo filósofo Platão na obra *A República* nos livros VI e VII, na analogia do sol, da linha e da alegoria da caverna. Na pesquisa podemos compreender que o projeto de Platão exige uma mudança na educação e na vida dos cidadãos da polis grega. De maneira que aos cidadãos é necessário um aprendizado com um novo método educacional que possibilite adquirir um conhecimento intelectual, que defina o guardião de acordo com a natureza filosófica e ser escolhido para governar a cidade.

Entretanto, esses guardiões escolhidos seriam os possíveis filósofos e governantes da cidade justa, a qual Platão aspirava. Aprovados por serem aqueles capazes de guardar as leis e os costumes da cidade, pois sabem examinar uma vida justa e distinguir de uma vida injusta. Com a imaginativa estruturação acerca do projeto de uma cidade justa, percebe-se a importância do filósofo que objetiva não só o conhecimento dos cidadãos, mas a sua condição ética e moral, que projeta possibilidades de ter uma sociedade organizada, dirigida por humanos de notável saber, governantes incorruptíveis e que promovam a justiça e o bem social de todos, proporcionando a essa sociedade um Estado justo com uma educação que visa à formação completa do cidadão.

Neste percurso formativo, o argumento no diálogo de Sócrates com seu interlocutor Glauco mostrou que existem duas dimensões reinantes, o sensível e o inteligível. Para compreendê-las é importante notar “que a ideia do bem é a mais elevada das ciências, e que para ela é que a justiça e as outras virtudes se tornam úteis e valiosas” (505a). Assim, Sócrates não revelou o que seria essa ideia do bem, ele falou sobre o sol que considera filho do bem e que é visível.

Por isso, estabeleceu-se a analogia do sol para falar sobre os nossos sentidos, especialmente a faculdade da visão, na dimensão sensível, que permite ver as coisas visíveis se tiver o auxílio da luz, enquanto na dimensão inteligível as ideias são compreendidas pelo pensamento que objetiva conhecer a verdade. Após o entendimento das diferenças entre o que é sensível e o que é inteligível, o filósofo se liberta das aparências e procura o conhecimento das ideias verdadeiras, orientado pela razão e pela inteligência. Reafirmamos o quanto é importante a luz no plano sensível, a visão só enxerga as coisas na presença da luz, o mesmo ocorre no plano inteligível que a alma só enxerga a verdade na presença da ideia do bem. Com

isso, o sol na dimensão sensível é análogo ao bem, pois ilumina as coisas visíveis e o bem na dimensão inteligível está além de tudo isso.

Dessa forma, distinguiu-se os modos nos quais o mundo aparece e como os objetos do conhecimento estão dispostos no todo, ou em parte e o modo como a alma entra em contato com cada um destes segmentos e como ela é afetada. Sócrates estabelece distinções entre os tipos de discurso que a alma assume em face de diferentes objetos do conhecimento, e denomina de *doxa* (opinião), segmento que engloba as imagens advindas de reflexos, sombras e tudo o que opera a partir desta natureza. A segunda parte é denominada de conhecimento (*episteme*). Essas seções e segmentos são utilizadas para demonstrar os graus de realidades e obter a compreensão das coisas que se diferenciam de um segmento para outro, como no segmento da opinião que comporta verdade e não verdade, pois a alma não deixa de imaginar ou ter convicção.

E por fim, mediante o exposto nesta pesquisa sobre as analogias do sol, da linha e na alegoria da caverna foi possível compreender que o processo de conhecimento das realidades sensíveis e inteligíveis, para Platão, ilustra um programa de formação humana, a partir do método de conhecer por meio da dialética. Logo, percebe-se que o plano sensível, mencionado por Platão nas analogias e na alegoria da caverna, além de ser fonte de engano nos torna prisioneiros das opiniões por julgarmos serem verdadeiras, enquanto o plano inteligível constitui a racionalidade, a imutabilidade da ideia que permite alcançar o bem.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2ª edição, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1992. 5ª edição revista e ampliada 2007.

DIXSAUT, M. República (Livros VI e VII). **Comentário de Monique Dixsaut**. Traduzido por A. Maia da Rocha. Lisboa: Didáctica Editora, 2000.

JAEGER, Werner. Paidéia. **A Formação do Homem Grego**. Tradução Artur M. Parreira. 3ª edição. Martins Fontes, 1995. São Paulo.

LAZARINI, Ana Lúcia. Platão e a Educação: **um estudo do Livro VII de A República**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

MARQUES, Marcelo P. *República* VI. Aparecer e imagem. In: **PERINE**, Marcelo (Org.) Estudos Platônicos. **Sobre o ser e o aparecer, o belo e o bem**. São Paulo: Loyola, 2009, p. 137-167.

PAPPAS, Nickolas. **A República de Platão**. Trad. Abílio Queiroz. Lisboa: edições 70, 1995.

PERINE, Marcelo. **Estudos platônicos: sobre o ser e o aparecer, o belo e o bem**. São Paulo: Loyola, 2009

PINHEIRO, Vitor Sales. **Dissertação de (mestrado em filosofia)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2009.

PLATÃO. **A República**. 6ª ed. Introdução, Tradução e Notas. Maria Helena da Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. **A educação do homem segundo Platão**. 1ª edição. Paulus, 1999. São Paulo.